

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2015, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

INTRODUÇÃO

Sendo o equilíbrio das contas do município uma prioridade para o presente mandato, em 2015 foi prosseguido esse caminho de consolidação, condição necessária para retomar o desenvolvimento económico do concelho e melhorar a qualidade de vida dos Santacombadenses.

Nesse sentido foi continuado o esforço de redução da despesa com a assunção de despesas imprescindíveis e inadiáveis e recorrendo, quase sempre, aos meios próprios do município, tanto ao nível dos recursos humanos como de equipamentos.

Por outro lado, com o objetivo de relançar o desenvolvimento económico do concelho, foi convenientemente acompanhada e negociada a preparação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial no âmbito da candidatura da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões ao Portugal 2020, no sentido de ver consagrados projetos estruturantes para o concelho, dos quais se destacam a construção de uma Unidade de Saúde em São João de Areias, a requalificação das Piscinas Municipais do ponto de vista da eficiência energética, a requalificação da Escola EB 2/3 e projetos de proximidade no âmbito da educação, da cultura e da inclusão social.

Porque acreditamos que o Turismo é um pilar que sustentará e reforçará o desenvolvimento sustentável do Município no âmbito da ADICES começou a ser preparada uma candidatura intermunicipal, “Rota das Figuras do Estado Novo” envolvendo os municípios de Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Mortágua e Tondela, com o objetivo de dotar este território de dimensão, oferta patrimonial, cultural e histórica, a que se associa a paisagem natural, a hotelaria, a restauração e os produtos endógenos, possibilitando a criação de um território competitivo em termos de oferta turística, tanto a nível interno, como a nível internacional. Na mesma senda foram encetadas novas negociações com as Infraestruturas de Portugal para solucionar a acessibilidade à Ecopista do Dão

Da análise aos documentos do município relativos ao ano de 2015, a nível orçamental, verifica-se uma diminuição do orçamento da receita, comparativamente a 2014, de 811.056,86€. O grau de execução orçamental da receita foi de 84,61%, superior em 22,06% relativamente a 2014, evidenciando uma orçamentação cada vez mais realista, embora condicionada pelo valor da despesa realizada e não paga de anos anteriores. O comportamento geral das receitas próprias continuou a ser positivo, com um acréscimo em termos de valor absoluto relativamente a 2014 de 358.629, 07€.

A análise orçamental da despesa, a partir dos “valores executados”, revela um aumento do respetivo grau de execução na ordem dos 12,77%. Continuou a verificar-se, fruto das medidas implementadas, entre outras, redução ao nível das despesas de pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital.

Da análise económica ressalta um valor de proveitos de 7.618.174,29%, superior ao ano de 2014 em 3,16%. Quanto aos custos, verificou-se, comparativamente a 2014, um aumento de 3.670.219,36€, para o qual que contribuiu decisivamente a rubrica "Provisão do exercício" (+2.928.240,51€).

Relativamente ao endividamento, a dívida total da área do município diminuiu de 19.294.457€ para 16.316.490€; verificou-se deste modo uma variação da dívida de (-15,52%) e uma variação do seu excesso de (-32,24%).

Quanto às dívidas a terceiros de curto prazo reduziram 2.375.224,72€ (-45,99%), esta redução teria sido maior se não tivesse ocorrido a obrigatoriedade de devolução à Agência para a Coesão e Desenvolvimento no âmbito da rescisão dos contratos de financiamento do QREN no valor de 695.619,51€. As dívidas de longo e médio prazo reduziram 14.199,37€ (-0,11%), também esta redução se encontra afetada pela obrigatoriedade de devolução à Agência para a Coesão e Desenvolvimento no valor de 200.000,00€. O total da dívida a terceiros reduziu de 18.127.351,11€ para 15.737.927,02€, uma redução de 2.389.424,09€ (-13,18%).

Face ao exposto, podemos concluir que, tal como já se tinha verificado em 2014, fruto da implementação de medidas rigorosas ao nível da gestão, principalmente ao nível da redução da despesa e combate ao desperdício, se continua a reverter a má situação económica e financeira, condição essencial para a implementação de estratégias que promovam o desenvolvimento do concelho.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete aumento das receitas próprias. Contudo, continua a existir a impossibilidade de atingir os valores previstos. A sobredotação de algumas rubricas, nomeadamente de 'Outras receitas correntes' e 'Outras receitas de capital', conduz a que o grau de execução continue baixo. Na tabela seguinte, estão patentes os desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2015				2014			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos diretos	1.615.859,00	2.061.269,33	445.410,33	127,56%	1.320.882,00	1.610.393,30	289.511,30	121,92%
02	Impostos indiretos	66.116,00	56.744,31	-9.371,69	85,83%	75.228,00	69.150,32	-6.077,68	91,92%
04	Taxas, multas e outras penalidades	217.698,00	180.393,21	-37.304,79	82,86%	211.251,00	230.674,47	19.423,47	109,19%
05	Rendimentos da propriedade	428.110,00	434.783,63	6.673,63	101,56%	388.689,00	433.108,36	44.419,36	111,43%
06	Transferências correntes	4.206.934,00	4.120.690,20	-86.243,80	97,95%	4.171.497,81	3.998.929,17	-172.568,64	95,86%
07	Venda de bens e serviços correntes	600.821,00	312.932,62	-287.888,38	52,08%	430.936,00	393.175,66	-37.760,34	91,24%
08	Outras receitas correntes	2.118.644,00	27.193,19	-2.091.450,81	1,28%	3.026.229,67	15.192,42	-3.011.037,25	0,50%
09	Venda de bens de investimento	112.700,00	2.842,53	-109.857,47	2,52%	462.000,00	48,00	-461.952,00	0,01%
10	Transferências de capital	561.056,60	550.524,32	-10.532,28	98,12%	1.064.756,64	360.099,34	-704.657,30	33,82%
11	Activos financeiros	1,00	0,00	-1,00	0,00%				
12	Passivos financeiros	2.098.733,02	2.098.733,02	0,00	100,00%	2.017.293,83	2.017.293,83	0,00	100,00%
13	Outras receitas de capital	23.182,94	22.700,00	-482,94	97,92%	1.542.679,97	0,00	0,00	nd
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	12.102,26	12.002,26	12102,26%	300,00	589,48	289,48	196,49%
16	Saldo da gerência anterior	2.047.830,02	2.047.830,02	0,00	100,00%	197.098,52	197.098,52	0,00	100,00%
Total Receitas		14.097.785,58	11.928.738,64	-2.169.046,94	84,61%	14.908.842,44	9.325.752,87	-5.583.089,57	62,55%

Unid.: Euro

O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2014 em 811.056,86 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2015 foi de 84,61%.

Verifica-se um aumento, de cerca de 22,06%, na taxa de execução do orçamento da receita. O aumento do grau de execução orçamental resulta da uma orçamentação da receita mais realista, embora continue condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga nos exercícios anteriores, mas, exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que obriga a projeção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa aumentou de 86,75% para 99,52% se considerarmos os valores 'executados', e de 49,03% para 81,73 % se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2015						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	15.050,00	14.045,06	-1.004,94	93,32%	14.045,06	-1.004,94	93,32%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	200,00	0,00	-200,00	0,00%	0,00	-200,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.499.154,00	2.495.230,34	-3.923,66	99,84%	2.448.199,07	-50.954,93	97,96%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	4.350.108,00	4.329.251,29	-20.856,71	99,52%	3.459.441,54	-890.666,46	79,53%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	304.944,00	299.779,35	-5.164,65	98,31%	250.602,79	-54.341,21	82,18%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	29.410,00	27.523,53	-1.886,47	93,59%	27.510,05	-1.899,95	93,54%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	2.383.164,00	2.353.210,00	-29.954,00	98,74%	2.029.433,58	-353.730,42	85,16%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	412.744,00	409.788,88	-2.955,12	99,28%	409.788,88	-2.955,12	99,28%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	153.909,11	153.859,11	-50,00	99,97%	153.859,11	-50,00	99,97%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	4.000,00	4.000,00	0,00	100,00%	4.000,00	0,00	100,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	567.357,94	565.622,24	-1.735,70	99,69%	441.608,59	-125.749,35	77,84%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	3.377.744,53	3.377.575,31	-169,22	99,99%	2.283.786,84	-1.093.957,69	67,61%
Total despesas		14.097.785,58	14.029.885,11	-67.900,47	99,52%	11.522.275,51	-2.575.510,07	81,73%

Unid.: Euro

Rub.	Designação	2014						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	18.310,00	9.117,27	-9.192,73	49,79%	9.117,27	-9.192,73	49,79%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	600,00	43,05	-556,95	7,18%	43,05	-556,95	7,18%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.624.473,00	2.519.884,36	-104.588,64	96,01%	2.461.152,50	-163.320,50	93,78%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	5.989.593,00	5.435.542,46	-554.050,54	90,75%	2.753.467,88	-3.236.125,12	45,97%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	407.748,00	328.215,88	-79.532,12	80,49%	189.146,78	-218.601,22	46,39%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	51.000,00	21.238,05	-29.761,95	41,64%	21.238,05	-29.761,95	41,64%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	98.488,00	43.541,55	-54.946,45	44,21%	43.541,55	-54.946,45	44,21%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	2.700.512,44	2.556.484,33	-144.028,11	94,67%	419.981,45	-2.280.530,99	15,55%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	80.588,00	75.299,25	-5.288,75	93,44%	70.799,25	-9.788,75	87,85%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	289.500,00	270.403,44	-19.096,56	93,40%	268.903,44	-20.596,56	92,89%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	5.000,00	0,00	-5.000,00	0,00%	0,00	-5.000,00	0,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	631.600,00	536.789,63	-94.810,37	84,99%	321.835,07	-309.764,93	50,96%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	2.011.430,00	1.137.144,13	-874.285,87	56,53%	750.089,93	-1.261.340,07	37,29%
Total despesas		14.908.842,44	12.933.703,40	-1.975.139,04	86,75%	7.309.316,22	-7.599.526,22	49,03%

Unid.: Euro

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela um aumento no respetivo grau de execução na ordem dos 12,77 p.p.. Em termos de valores absolutos, o valor global da despesa foi superior ao do ano anterior em 1.096.181,71 euros.

Considerando valores absolutos, tendo como referência os valores 'executados', pela Câmara Municipal, verificamos:

- Despesas com Pessoal – diminuição de 1 p.p., cerca 19.726€;
- Aquisição de Bens e serviços – diminuição de 20 p.p., cerca de 1.106.334€;
Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa salientando-se a aquisição de combustíveis, peças de material de transporte e outras, ferramentas e utensílios, locação de edifícios, locação de material de transporte, locação de outros bens, comunicações, despesas de representação, estudos, pareceres, projetos e consultadoria e outros trabalhos especializados;
- Transferências Correntes – diminuição de 9 p.p., cerca de 28.436€;
Contribui para a diminuição desta rubrica transferências efetuadas para instituições sem fins lucrativos;
- Subsídios – diminuição de 100 p.p., cerca de 21.238€;
A rubrica em apreço teve esta diminuição acentuada devido à liquidação da EM Combanima.
- Outras despesas correntes – diminuição de 37 p.p., cerca de 16.018€;
Por diminuição de reembolsos e restituições de impostos, nomeadamente Imposto Municipal de Transmissão Onerosa de Imóveis.
- Aquisição de bens de capital – diminuição de 8 p.p., cerca de 203.274€;
Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa;
- Transferências de capital – aumento de cerca de 444 p.p., cerca de 334.490€;
A rubrica em apreço teve este aumento acentuado devido às transferências efetuadas para as empresas municipais para fazer face às despesas de liquidação e da transferência efetuada para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões ao abrigo do protocolo "Aquisição de Equipamentos de Terminal de Comunicação Tetra e Respetivos Acessórios";
- Ativos Financeiros – diminuição de 43,10 p.p., cerca de 116.544€;
Esta diminuição resulta das transferências efetuadas para a ProfiAcademus, que no exercício em apreço foram contabilizadas como transferências de capital;
- Juros e outros encargos – aumento de 5 p.p., cerca de 28.833€;
Esta rubrica contempla juros de empréstimos, relevando PAEL e Reequilíbrio Financeiro, e juros de mora de fornecedores;
- Passivos financeiros – aumento de 197 p.p., cerca de 2.240.431€;
O aumento desta rubrica é devido ao compromisso assumido com encargos dos empréstimos de PAEL e Reequilíbrio Financeiro;

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental verifica à partida uma relação entre receitas e despesas correntes desequilibrada, sendo este desequilíbrio de carácter estrutural. O deficit verificado diminuiu cerca de 75% contribuindo para este resultado a diminuição da despesa corrente (considerando valores de compromissos assumidos) em cerca de 13,08% e o aumento da receita corrente em cerca de 6,56%, ou seja, verifica-se o esforço efetivo pela contenção da despesa em cerca de 6,52%.

As despesas correntes de 2015 ascenderam a 7.731.206,81 euros, enquanto as receitas correntes apenas totalizaram 7.194.006,49 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	7.194.006,49	Receitas	6.750.623,70
Despesas	7.731.206,81	Despesas	8.894.372,25
Défice 2015	-537.200,32	Défice 2014	-2.143.748,55

Unid.: Euro

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital, tal como os resultados correntes, é também ele negativo e constitui a maior parcela do défice orçamental do Município à data de 31 de dezembro de 2015. As receitas de capital são constituídas maioritariamente pela receita proveniente do empréstimo PAEL (2ª tranche – 672.431,28€), do empréstimo de Reequilíbrio Financeiro (939.143,56€) e do empréstimo estabelecido ao abrigo do Apoio Transitório de Urgência (487.158,18€). As despesas de capital são constituídas maioritariamente pela despesa associada à amortização de empréstimos.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	2.674.799,87	Receitas	2.377.441,17
Despesas	6.298.433,30	Despesas	4.039.331,15
Défice 2015	-3.623.633,43	Défice 2014	-1.661.889,98

Unid.: Euro

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios tanto em 2015 como nos exercícios transatos. Verifica-se um aumento da despesa total em 8,47%, cerca de 1.095.937€. A despesa total encontra-se influenciada pela amortização de empréstimos que se encontravam

em incumprimento, que foram financiados pelo empréstimo de Reequilíbrio Financeiro. A receita total apresenta um aumento de 27,91%, valor este influenciado pela arrecadação da 2ª tranche do empréstimo PAEL, do empréstimo de Reequilíbrio Financeiro e do empréstimo ATU. No final do exercício de 2015 aferiu-se um saldo negativo de 2.100.901,47 euros entre receitas e despesas sendo que no final do exercício de 2014 este se cifrava em 3.607.650,53 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	11.928.738,64	Receitas	9.325.752,87
Despesas	14.029.640,11	Despesas	12.933.703,40
Défice 2015	-2.100.901,47	Défice 2014	-3.607.950,53

Unid.: Euro

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

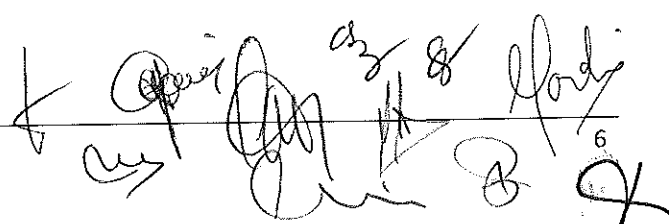
Designação	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	3.110.961,08	26,08%	2.752.332,01	29,51%
Outras Receitas	6.769.947,54	56,75%	6.376.322,34	68,37%
Saldo Orçamental	2.047.830,02	17,17%	197.098,52	2,11%
Total das Receitas	11.928.738,64	100,00%	9.325.752,87	100,00%

Unid.: Euro

Em 2015 estas receitas corresponderam a 26,08% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de receita arrecadada depende de financiamentos externos à autarquia.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é positivo. Verifica-se, em 2015, um decréscimo de 3,43 p.p. do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2014, com um acréscimo do seu valor absoluto de 358.629,07 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:



Rub.	Designação	2015		2014	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos diretos	2.061.269,33	66,26%	1.610.393,30	58,51%
02	Impostos indiretos	56.744,31	1,82%	69.150,32	2,51%
04	Taxas, multas e out pen.	180.393,21	5,80%	230.674,47	8,38%
05	Rendimentos da propriedade	434.783,63	13,98%	433.108,36	15,74%
07	Venda de bens e serv. corr.	312.932,62	10,06%	393.175,66	14,29%
08	Outras receitas correntes	27.193,19	0,87%	15.192,42	0,55%
09	Venda de bens de inv. ^a	2.842,53	0,09%	48,00	0,00%
13	Outras receitas de capital	22.700,00	0,73%	0,00	0,00%
15	Rep. n/ abatidas nos pagam ^{os}	12.102,26	0,39%	589,48	0,02%
Total das receitas próprias		3.110.961,08	26,08%	2.752.332,01	29,51%
Total das receitas		11.928.738,64		9.325.752,87	

Unid.: Euro

Contribui para o aumento das receitas próprias, verificado no exercício de 2015, os impostos diretos, os rendimentos da propriedade, outras receitas correntes, venda de bens de investimento, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos. Verificou-se contudo uma diminuição nas rubricas impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e venda de bens e serviços correntes.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 22% da despesa total, representando um decréscimo de 1 ponto percentual comparativamente ao exercício transato.

Os impostos diretos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 17% da totalidade da receita.

Rácio	2015	2014
Receitas Próprias / Despesa Total	0,22	0,23
Receitas Próprias / Receita Total	0,26	0,32
Impostos Diretos / Receita Total	0,17	0,17

Unid.: Euro

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua atividade direta são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 56,75% do total das receitas no exercício de 2015, pelo que comparativamente ao

exercício transato verificamos um decréscimo de 11,62 p.p. no peso das receitas totais.

Financiamento não próprio	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	4.120.690,20	60,87%	3.998.929,17	62,72%
Transferências capital	550.524,32	8,13%	360.099,34	5,65%
Passivos Financeiros	2.098.733,02	31,00%	2.017.293,83	31,64%
Total financiamento não próprio	6.769.947,54	56,75%	6.376.322,34	68,37%
Total Receitas	11.928.738,64		9.325.752,87	

Unid.: Euro

Podemos verificar que, tal como ocorreu no exercício de 2014, no exercício em análise, foram as transferências correntes, que possuíram maior peso (60,87%), verificando-se um aumento em valor absoluto de 121.761,03€. Relativamente ao peso das transferências de capital, podemos verificar que em 2015 existiu um aumento face ao peso que detinham em 2014, registando-se, em valor absoluto, um aumento de 190.424,98€ nesta rubrica.

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, Lei das Finanças Locais (RFALEI) que estabelece as seguintes formas de participação:

- **FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro**, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de funcionamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM – Fundo Social Municipal**: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (92,64%), quer de capital (65,40%).

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	3.817.239,14	92,64%	3.630.474,65	90,79%
Outras Entidades Estado	143.264,69	3,48%	248.059,44	6,20%
Participação Comunitária	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fundos e Serv. Autónomos	83.860,59	2,04%	34.825,83	0,87%
Outras transferências correntes	76.325,78	1,85%	85.569,25	2,14%
Total das Transferências Correntes	4.120.690,20	100,00%	3.998.929,17	100,00%

Unid.: Euro

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	360.049,14	65,40%	351.281,64	97,55%
Outras Entidades Estado	100.692,58	18,29%	0,00	0,00%
Participação Comunitária	89.782,60	16,31%	8.817,70	2,45%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	550.524,32	100,00%	360.099,34	100,00%

Unid.: Euro

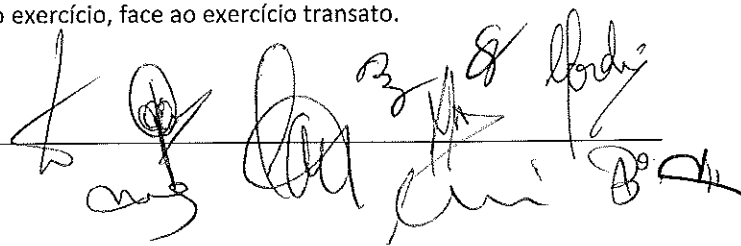
No exercício de 2015, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	360.049,14	-	-	360.049,14
Corrente	3.302.557,14	285.297,00	229.385,00	3.817.239,14
Total	3.662.606,28	285.297,00	229.385,00	4.177.288,28

Unid.: Euro

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2015, dos fundos municipais. Assinalamos um acréscimo de 6,01% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.



Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2005	4.046.053	-	
2006	4.046.053	0,00%	
2007	4.015.660	-0,75%	
2008	4.152.080	3,40%	
2009	4.460.774	7,43%	Mapa XIX, OE 2009
2010	4.506.500	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012
2013	4.067.136	0,00%	Mapa XIX, OE 2013
2014	3.955.241	-2,75%	Mapa XIX, OE 2014
2015	4.192.818	6,01%	Mapa XIX, OE 2015

Unid.: Euro

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

A autarquia, em 2015, arrecadou receita proveniente de fundos comunitários, no âmbito dos programas SAMA COMPETE e POVT, como se pode verificar no quadro seguinte:

	2015		2014		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	41.112,75	45,79%	0,00	0,00%	195.351,42	67,60%	968.224,49	88,53%
Outros	48.669,85	54,21%	8.817,70	100,00%	93.648,97	32,40%	125.401,42	11,47%
Total	89.782,60	100,00%	8.817,70	100,00%	289.000,39	100,00%	1.093.625,91	100,00%

Unid.: Euro

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), nomeadamente no estabelecido no seu Capítulo V – Endividamento.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2015, com os limites de endividamento calculados nos termos do artigo 52º da Lei n.º 73/2013:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.P art	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
9.751.145	01-01-2015						
	18.127.351	1.167.106	19.294.457	18.804.611	9.053.466		
	31-12-2015						
	15.737.927	578.563	16.316.490	15.885.790	6.134.645		
Variação da Dívida %							-15,52%
Variação do Excesso da Dívida %							-32,24%
Margem Disponível por Utilizar							

Unid.: Euros

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu a dívida em 15,52 p.p. e o excesso de endividamento em 32,24 p.p..

Contribui para o excesso de endividamento o endividamento da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Comunidade Intermunicipal Viseu dão Lafões e das Empresas Municipais.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

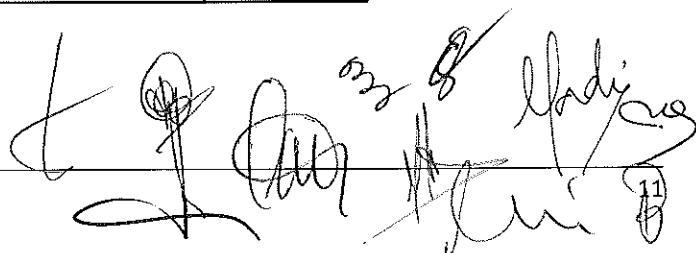
Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	2.030.494,57
Faturado no ano	308.768,23
Total.....	2.339.262,80
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.029.433,58

Unid.: Euros

- Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	2.150.776,08
Faturado no ano	1.562.727,26
Total.....	3.713.503,34
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	3.067.535,08

Unid.: Euros



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2015		2014		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	297.661,56	3,91%	295.185,66	4,00%	2.475,90	0,84%
Impostos e taxas	2.031.453,73	26,67%	2.000.197,26	27,09%	31.256,47	1,56%
Variação da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Transferências e subsídios obtidos	4.524.447,21	59,39%	4.347.217,20	58,87%	177.230,01	4,08%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Proveitos e ganhos financeiros	492.674,29	6,47%	453.059,91	6,14%	39.614,38	8,74%
Proveitos e ganhos extraordinários	271.937,50	3,57%	289.009,80	3,91%	-17.072,30	-5,91%
Proveitos Totais	7.618.174,29	100,00%	7.384.669,83	100,00%	233.504,46	3,16%

Unid.: Euros

Observamos que 59,39% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado, apresentando os proveitos totais um aumento de 3,16%.

Numa análise às rubricas da tabela, verificamos que as Vendas e Prestações de Serviços aumentaram 0,84%. O aumento de 1,56% da rubrica Impostos e Taxas deve-se a uma maior arrecadação de impostos diretos e taxas multas e outras penalidades. No tocante a Transferências e subsídios obtidos o aumento de 4,08% deve-se ao aumento das transferências do Estado e de projetos associados a Fundos Comunitários. Os Proveitos e Ganhos Financeiros aumentaram 8,74% devido a aumento de arrecadação de receita proveniente dos contratos de concessão da EDP e juros sobre cobrança de impostos. Os Proveitos e Ganhos extraordinários diminuíram 5,91% devido a menor receita cobrada relativa indemnizações por sinistralidade e menores correções relativas a exercícios anteriores.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2015		2014		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	103.311,04	0,80%	59.167,68	0,64%	44.143,36	74,61%
Fornecimentos e serviços externos	2.373.744,50	18,34%	2.226.546,96	24,01%	147.197,54	6,61%
Custos com o pessoal	2.426.094,41	18,75%	2.445.453,43	26,37%	-19.359,02	-0,79%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	164.853,37	1,27%	204.990,36	2,21%	-40.136,99	-19,58%
Amortizações do exercício	3.599.555,79	27,81%	3.590.258,56	38,72%	9.297,23	0,26%
Provisões do exercício	3.192.143,95	24,66%	263.903,44	2,85%	2.928.240,51	1109,59%
Outros custos e perdas operacionais	9.254,93	0,07%	355,43	0,00%	8.899,50	2503,87%
Custos e perdas financeiros	280.470,84	2,17%	343.250,36	3,70%	-62.779,52	-18,29%
Custos e perdas extraordinários	793.120,69	6,13%	138.403,94	1,49%	654.716,75	473,05%
Custos Totais	12.942.549,52	100,00%	9.272.330,16	100,00%	3.670.219,36	39,58%

Unid.: Euros

A rubrica de amortizações do exercício com 3.599.555,79€ e com um peso de 27,81% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspetiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o valor negativo de resultados líquidos dos exercícios. Também preponderantes na estrutura dos custos, são as provisões do exercício, são os custos com fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, que no exercício de 2015 representam 24,66%, 18,34% e 18,75% dos custos totais, respetivamente.

Analisando a tabela verifica-se um aumento das rubricas de Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (74,61%), de Fornecimentos e Serviços Externos (6,61%), amortizações do exercício (0,26%), provisões do exercício (1109,59%), outros custos e perdas operacionais (2503,87%), e custos e perdas financeiros (473,05%). Verificamos uma diminuição nos custos com as rubricas de custos com pessoal (0,79%), transferências e subsídios correntes (19,58%) e custos e perdas financeiros (18,29%).

A rubrica Provisões do Exercício regista um aumento expressivo resultante da constituição de provisões relativas a Processos Judiciais em Curso no valor de 868.191,90€ e Outros Riscos e Encargos no valor de 2.229.904,94€.

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2015 e o exercício de 2014:

Rubricas	2015	2014
Resultados Operacionais	-5.015.395,49	-2.148.075,74
Resultados Financeiros	212.203,45	109.809,55
Resultados Correntes	-4.803.192,04	-2.038.266,19
Resultados Extraordinários	-521.183,19	150.605,86
Resultados Líquidos	-5.324.375,23	-1.887.660,33

Unid.: Euros

Da análise dos resultados verifica-se uma tendência negativa em todos eles, exceto nos resultados financeiros. Os Resultados Operacionais apresentam um agravamento de cerca de 133,48% influenciado pela constituição das provisões no exercício. Os Resultados Financeiros evoluíram favoravelmente em cerca de 93,25% resultante da redução de juros de mora em consequência da negociação com credores. Os Resultados Extraordinários apresentaram evolução negativa de cerca de 246,06%. O Resultado Líquido negativo, regista uma evolução desfavorável de cerca de 182,06%, o que em valor absoluto se traduz num agravamento de 3.436.714,90€.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

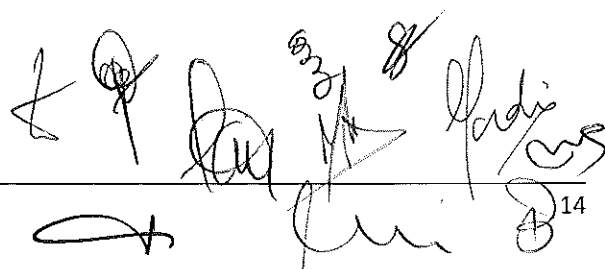
4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2015	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	357.112,61	983.794,52	-626.681,91	-63,70%
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	n.d.
Contribuintes, c/c	233,80	247,28	-13,48	-5,45%
Utentes, c/c	209.322,56	209.322,56	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43	0,00	0,00%
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	n.d.
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26	0,00	0,00%
Outros devedores	93.257,56	719.925,99	-626.668,43	-87,05%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Total da Dívida de Terceiros	357.112,61	983.794,52	-626.681,91	-63,70%

Unid.: Euros

Verifica-se uma diminuição da dívida de terceiros no exercício de 2015 em comparação com igual período do exercício anterior, no valor de 626.681,91€ sendo este resultante de ajustamentos efetuados a valores a receber pela participação em projetos co-financiados.



4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2015	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	2.789.432,77	5.164.657,49	-2.375.224,72	-45,99%
Empréstimos a curto prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores c/c	1.322.341,77	2.018.457,42	-696.115,65	-34,49%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes e utentes c/cauções	887,03	887,03	0,00	0,00%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores de imobilizado c/c	126.645,06	558.682,34	-432.037,28	-77,33%
Estado e outros entes públicos	33.178,04	34.233,03	-1.054,99	-3,08%
Administração autárquica	13.892,24	32.560,10	-18.667,86	-57,33%
Outros credores	1.292.488,63	2.519.837,57	-1.227.348,94	-48,71%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	12.948.494,25	12.962.693,62	-14.199,37	-0,11%
Dívidas a instituições de crédito	12.449.436,70	12.603.824,07	-154.387,37	-1,22%
Outros Credores	499.057,55	358.869,55	140.188,00	39,06%
Total da Dívida a Terceiros	15.737.927,02	18.127.351,11	-2.389.424,09	-13,18%

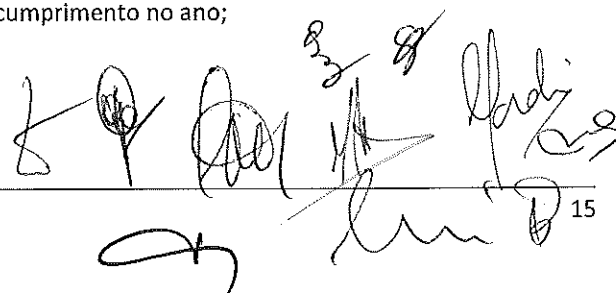
Unid.: Euros

No final de 2015, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 2.789.432,77€, inferiores em relação ao ano anterior na ordem dos 45,99%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívida, ao valor em dívida à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativamente a empréstimos, a participação no capital social do FAM a realizar em 2016 no valor de 59.812€ e a dívida existente à Agência para a Coesão e Desenvolvimento relativamente aos processos de devolução QREN, no valor correspondente a pagar no curto prazo, no valor de 695.619,51€.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 1,22% em relação a 2014, devendo-se este à amortização de empréstimos existentes. Esta rubrica encontra-se influenciada negativamente pela contratação do empréstimo ATU e pelo recebimento da 2.ª tranche PAEL. O valor registado na rubrica Outros Credores diz respeito à participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2017 a 2021, no valor de 299.057,55€ e da dívida à Agência para a Coesão e Desenvolvimento relativamente aos processos de devolução QREN, no montante correspondente à dívida de MLP, no valor de 200.000,00€.

O total da dívida a terceiros apresenta uma diminuição de 13,18%, esta diminuição verifica-se na dívida de médio e longo prazo (0,11%) e na dívida de curto prazo (45,99%).

Importa referir que existem encargos de empréstimos que não estão a ser liquidados nos prazos estabelecidos, situação que se arrasta desde o exercício de 2013. À data de 31 de Dezembro de 2015 o valor acumulado destes encargos ascendia a 1.087.155,31€, sendo que 422.180,79€ respeitam a incumprimento no ano;



5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 5.324.375,23 euros (cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco euros e vinte e três cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- | | |
|---|-----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Transferência para Resultados Transitados | <p>-5.324.375,23€</p> |
|---|-----------------------|